



Movimento

ISSN: 0104-754X

stigger@adufgrs.ufrgs.br

Escola de Educação Física

Brasil

Ribeiro Paes, Viviane; Franco Amaral, Silvia Cristina
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EDUCACIONAL EM SÃO PAULO: IMPACTOS
DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

Movimento, vol. 23, núm. 2, abril-junio, 2017, pp. 715-728

Escola de Educação Física

Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115351637020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EDUCACIONAL EM SÃO PAULO: IMPACTOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

*PUBLIC POLICIES FOR EDUCATIONAL SPORT IN SÃO PAULO: IMPACTS OF
THE 2016 OLYMPIC GAMES*

*POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE EDUCACIONAL EN SÃO PAULO:
IMPACTOS DE LOS JUEGOS OLÍMPICOS DE 2016*

Viviane Ribeiro Paes*, Silvia Cristina Franco Amaral*

Palavras chave:
Esportes.
Políticas públicas.
Jogos Olímpicos.
São Paulo (Estado).

Resumo: O objetivo do estudo foi investigar e analisar as políticas públicas de esporte educacional organizadas pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo (SELJ), considerando o possível impacto da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Foi utilizada como ferramenta de coleta de informações e análise a triangulação de dados, por meio de entrevista semiestruturada, diário de campo e pesquisa documental. A realização dos Jogos Olímpicos no País provocou o acirramento de novos discursos de legitimação da pirâmide esportiva como base das políticas de esporte educacional em São Paulo. Também foi notado o caráter imediatista e o incremento de discursos e algumas ações para o segmento.

Keywords:
Sports.
Public policy.
Olympic Games.
São Paulo state.

Abstract: This study looked into and analyzed the public policies for educational sports organized by the Department of Sports, Leisure and Youth of São Paulo (SELJ), considering the possible impact of the 2016 Olympic Games. As data collection and analysis methodology, data triangulation was performed through semi-structured interviews, field diary, and documentary research. The Olympic Games in Brazil intensified new discourses to legitimize the sports pyramid as a basis for educational sports policies in São Paulo. The immediatist character and the increase of discourses and some actions for the segment were also observed.

Palabras clave:
Deportes.
Políticas públicas.
Juegos Olímpicos.
São Paulo (Estado).

Resumen: El objetivo de este estudio fue investigar y analizar las políticas públicas de deporte educacional organizadas por la Secretaría de Deportes, Ocio y Juventud del estado de São Paulo (SELJ), considerando el posible impacto de la realización de los Juegos Olímpicos de 2016. Como metodología de recolección y análisis de datos se realizó la triangulación de datos mediante entrevista semiestructurada, diario de campo e investigación documental. La realización de los Juegos Olímpicos en el país provocó la intensificación de nuevos discursos para legitimar la pirámide deportiva como base de las políticas de deporte educacional en São Paulo. También se observó el carácter imediatista y el aumento de los discursos y algunas acciones para ese segmento.

*Universidade Estadual de Campinas.
Campinas, SP, Brasil.
E-mail: vivianerpaes@gmail.com;
scfa@fef.unicamp.br

Recebido em: 02-02-2017
Aprovado em: 04-05-2017



1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de esporte educacional compõem uma realidade crescente na agenda esportiva brasileira. Identificado como uma das manifestações esportivas, o esporte educacional, quando observado na realidade de programas e projetos de políticas públicas, apresenta-se em meio à ambivalência de outras duas instâncias: esporte de participação e esporte de rendimento (BRACHT, 2005). Isso porque as ações referentes ao esporte educacional abarcam tanto competições baseadas na seletividade e busca do melhor desempenho, quanto projetos que visam ao acesso e à apropriação do esporte e à construção de valores por meio de seu pretenso caráter formativo (BASSANI; TORRI; VAZ; 2003).

Essa distinção de ações é delimitada inclusive na própria legislação nacional, e o esporte, ou, no caso, desporto¹ educacional, representa:

§1ºO desporto educacional pode constituir-se em:

I- esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, co-educação e responsabilidade; e II- esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde (BRASIL, 2013).²

Como está conceituado na lei, o esporte educacional seria composto de atividades esportivas com fins socioeducativos e próximo ao que entenderíamos como esporte de participação, e o esporte escolar envolveriam competições esportivas, pautadas pelos princípios de rendimento. O termo “esporte escolar” foi a primeira referência de políticas públicas para o público estudantil e baseava-se unicamente na realização de campeonatos escolares. Com o passar do tempo este termo foi substituído por esporte educacional e passou a abarcar todo o leque de atividades esportivas envolvendo escolares³ (TUBINO, 2010).

Pela contiguidade aos mecanismos do esporte de alto rendimento, o esporte educacional, também com a proximidade de megaeventos esportivos, é alvo de ações de apreciação momentânea, intencionadas em potencializar a descoberta de novos talentos para efetivação do desenvolvimento esportivo (ALMEIDA; BRACHT, 2003). Além disso, o aumento de ações despendidas ao setor visaria à utilização do momento para fomentar a prática esportiva, como reduto de atividades saudáveis e promotoras de qualidade de vida da população (BETTI, 2009).

A escolha do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 marcou o início de uma agenda política no País, principalmente para o esporte, por ser esse um momento *sui generis* no setor. Cerezuela (2011) afirma que a realização de uma Olimpíada promove o aumento de ações públicas esportivas dos países-sede, no fomento principalmente de programas e

1 Sobre o termo desporto, Melo (2010) define que, a priori, utilizava-se no Brasil e em Portugal o termo sport, importado juntamente com o próprio modelo esportivo da Inglaterra. Posteriormente, Portugal adota a utilização do termo desporto, também adotado no Brasil, legitimando-se principalmente no campo legislativo. Mesmo com a adoção da palavra esporte para definir o fenômeno no Brasil, por vezes ainda se mantém em textos a grafia desporto para descrevê-lo.

2 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm> Acesso: 12 mar. 2017.

3 Neste sentido, não por concordarmos com a conceituação, mas por estarmos estudando as políticas públicas governamentais decorrentes desta política de Estado, trataremos o conceito de esporte educacional tanto para as ações com finalidade socioeducativa, quanto para atividades esportivas competitivas, assim como é tratado o “desporto educacional” na legislação brasileira mais recente.

atividades voltados para o público infantojuvenil. Tal perspectiva não se limita à cidade-sede, mas abrange diferentes níveis governamentais.

São Paulo é considerado como pioneiro e referência nas políticas públicas de esporte no País, sendo a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo (SELJ) a responsável por suas principais ações políticas⁴. Por concentrar cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, é o estado que despende, em números absolutos, os maiores investimentos públicos em esporte no País (SÃO PAULO, 2011a).

Almond e Powell (1972, p.185) definem que o processo político baseia-se num complexo de fatores, e “[...] o modo pelo qual um sistema enfrentou certos tipos de problemas e a natureza de suas características atuais, que estão marcadas por aqueles esforços, limitam e restringem as alternativas à sua frente”. A forma como o nosso sistema político se posicionou diante de certos quadros, principalmente com relação à participação em megaeventos esportivos, indica que a realização de uma edição de Jogos Olímpicos no Brasil pode promover impactos no esporte do País de forma geral, mas também no âmbito do esporte educacional (BETTI, 2009; ALMEIDA; BRACHT, 2003).

Este estudo, portanto, considera que a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil representa um fator de impacto na consecução de políticas públicas para o setor, em distintos níveis governamentais, incluindo iniciativas voltadas ao esporte educacional. Ao assumir o destaque do estado de São Paulo no cenário político esportivo brasileiro, o objetivo desta pesquisa consiste em investigar e analisar as políticas públicas de esporte educacional organizadas pela SELJ, considerando o possível impacto da realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

2 PROCESSO METODOLÓGICO

A abordagem qualitativa de caráter descritivo analítico foi adotada neste estudo. Como forma de coleta de informações e análise utilizou-se a metodologia de triangulação, que corresponde a uma combinação de métodos de estudo de um mesmo fenômeno e tem a possibilidade de aproximar-se da realidade a partir de vários enfoques, o que lhe confere maior validade (FLICK, 2004). Para esta pesquisa a triangulação foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e análise documental.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com quatro gestores atuantes no esporte educacional na SELJ⁵. Os gestores foram escolhidos com base em estudo exploratório feito por meio de visitas sistemáticas ocorridas na Secretaria antes da pesquisa em si. Cada um dos quatro gestores era responsável por uma ação de esporte educacional, ou atuava em instância superior a esses programas, sendo esse o critério de inclusão. O diário de campo também foi desenvolvido a partir dos contatos e observações realizados na Secretaria. Já para a análise documental foram pesquisados: a) documentos oficiais, tais como leis e planos orçamentários, decretos e portarias referentes ao tema; b) informações institucionais documentadas, tais como manuais de convênios, indicadores sociais e processos legislativos; c) materiais publicados na imprensa oficial, tais como reportagens, textos institucionais e

4 SÃO PAULO. Secretaria de esporte, lazer e juventude. A secretaria. Disponível em: <http://www.selj.sp.gov.br/?page_id=7>. Acesso em: 4 set. 2016.

5 Os interlocutores estarão denominados neste trabalho a partir da inscrição G (referente a gestor) seguida de uma numeração de um a quatro (G1, G2, G3 e G4).

discursos. Os materiais foram recolhidos a partir de solicitação pessoal na própria SELJ e por meio dos portais estaduais⁶.

A análise do material foi realizada por meio da técnica de decodificação e organização em categorias (RYAN; BERNARD, 2000). Essas foram baseadas em componentes dos dados que se destacaram ao longo da análise e que se constituíram por características e elementos de semelhança entre si.

Entre as ações da SELJ que representam destaque como programas de esporte educacional e que foram foco desta pesquisa estão os Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) e o Programa Esporte Social.

O JEESP é um campeonato realizado anualmente envolvendo as escolas da rede municipal, estadual, particular e técnica atuantes no ensino do estado de São Paulo e compreende a realização de quatorze modalidades olímpicas e seis paralímpicas divididas em quatro etapas e quatro categorias: pré-mirim, mirim, infantil e juvenil. É também o meio de seleção das equipes paulistas que representarão o estado nos Jogos Escolares da Juventude (JEJ)-Etapa Nacional.

O Programa Esporte Social foi criado no ano de 2005 e tem o intuito de promover a prática esportiva em núcleos conveniados entre prefeituras e organizações não governamentais com o Estado de São Paulo. Os núcleos estão destinados a crianças e adolescentes entre sete e quinze anos de idade, considerados de famílias de baixa renda. São previstas atividades de três modalidades esportivas, com a frequência mínima de três vezes semanais. Além disso, são antevistas atividades complementares, a serem realizadas no mínimo uma vez na semana. Tais atividades são de caráter transversal e podem ser da seguinte natureza: exibição de vídeos, visitas às praças esportivas, competições, palestras educativas e jogos didáticos e pedagógicos.

A construção de ações que visem megaeventos esportivos, ou o que comumente se denomina de legado, deve ser um processo planejado muito antes da realização do megaevento (SILVA *et al.*, 2015). Neste sentido, na busca dos dados da pesquisa definiu-se como foco a gestão estadual 2010-2014, em que potencialmente esperava-se o desenvolvimento de ações para o setor, visando legados olímpicos. Ainda assim, o ano de 2009 foi considerado na pesquisa por entendermos que foi o ano em que o Brasil foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos, e também por permitir minimamente uma visão da situação anterior da gestão foco.

3 O NOVO DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DA VELHA PIRÂMIDE ESPORTIVA

Pirâmide esportiva é a denominação de um modelo hierárquico no qual se estruturou a política esportiva brasileira, principalmente após a publicação do “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil” (OLIVEIRA, 2012). Nesse modelo, compreende-se que para chegar ao topo da pirâmide, caracterizado pelo esporte de alto rendimento, o indivíduo devia passar por várias etapas em que iriam se nivelando e afunilando as exigências e o número de integrantes de cada extrato. A base da pirâmide seria a Educação Física Escolar e/ou desporto escolar, seguido pela estruturação de equipamentos urbanos básicos para a consolidação desse modelo. O degrau seguinte estava destinado à promoção das organizações esportivas

⁶ Neste caso as buscas se deram de forma direta, ou seja, por meio de acesso aos links publicados ou a partir dos seguintes descritores: esporte escolar, esporte educacional, jogos olímpicos, megaevento, desporto, campeonato escolar.

comunitárias, entre elas os clubes, ligas, federações, que com um grau mais especializado, sistematizado nos limiares entre amadorismo e profissionalismo, configuravam o pequeno passo para o último nível, que seria a elite esportiva (OLIVEIRA, 2012).

As manifestações esportivas dimensionadas hierarquicamente ainda hoje são ponto de referência para consecução de políticas de esporte. E da mesma forma como no passado, o esporte educacional tendencialmente é considerado a base do desenvolvimento esportivo em grande parte das políticas públicas. Isso pode ser constatado no discurso dos gestores quando se referem aos programas de esporte educacional da SELJ:

Ele [beneficiário do programa] pode começar num Esporte Social, numa questão de iniciação, se ele tomar gosto, se realmente os professores descobrirem que o menino tem potencial, eles podem levar esse menino pra alçar voos maiores aí, ou para uma federação, para um centro de treinamento, para um Centro de Excelência⁷. Existem vários meninos que saíram do projeto Esporte Social e estão nos nossos Centros de Excelência (G2).

É importante frisar que em cima desses jogos escolares [JEESP] está alicerçado e está a base do Bolsa Talento Esportivo⁸ e do Centro de Excelência.[...] Os atletas que se destacam no Bolsa Talento são direcionados para o Centro de Excelência. Então hoje nós temos início, meio e fim, nós temos uma pirâmide que tem alicerce eu acho que São Paulo é modelo hoje, não só no estado, mas no mundo, de exemplo de desporto escolar (G3).

Segundo Azevedo (2004), as representações sociais predominantes fomentam as relações sociais que se mostram presentes nos sistemas de dominação, atribuindo significados que orientarão os processos decisórios de formulação e implementação política. Uma vez enraizado nesse cenário, o processo de desenvolvimento esportivo baseado no modelo piramidal se legitimou tendo sua base na escola, ou em processos educacionais.

Nos últimos anos o JEESP foi realizado por convênios entre a SELJ e várias federações esportivas do estado de São Paulo⁹. De acordo com os planos de trabalho apresentados nas portarias internas que regulamentaram os convênios, caberiam às federações as responsabilidades operacionais do evento¹⁰ e à SELJ a gestão e financiamento do evento, premiações, organização de documentos, fiscalização das ações da entidade conveniada e a organização da delegação que representa o estado nos JEJ–Etapa Nacional. Vale salientar que a celebração de convênios com federações esportivas é de em um período recente do JEESP, ou seja, com a proximidade dos megaeventos esportivos.

A realização de convênios com as entidades esportivas promoveria a aproximação de possíveis atletas que demonstrem talento esportivo às federações. Além disso, permitiria a promoção do aumento de nível técnico da competição ao facilitar a aproximação de atletas federados que, ao tomarem conhecimento, participariam do campeonato. Fato destacado nos trechos a seguir:

Ele [G1] disse que esses convênios foram celebrados no intuito de aumentar a abrangência das escolas participantes. É uma forma das federações chamarem

7 Programa que estabelece a seleção de atletas de 14 a 22 anos para que possam inserir-se em centros específicos de treinamento para o alto rendimento, custeados e mantidos pelo governo estadual.

8 Programa que garante apoio financeiro aos atletas paulistas destaques em diversas competições e que não se favorecem de patrocínio ou outros benefícios.

9 Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo (FEDEESP), Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Física e Esporte (ABRADEBR), Federação Paulista de Ciclismo (FPC), Federação Paulista de Judô (FPJ) e Federação Paulista de Atletismo (FPA).

10 Contratação de arbitragem e pessoal para realização do evento, agendamento, chaveamento e sorteio de grupo dos jogos, escolha e adequação dos ginásios, compra e aluguel de materiais a serem utilizados durante os jogos, além de uma contrapartida do projeto.

seus atletas para que eles por sua vez chamem suas escolas (DIÁRIO DE CAMPO, 29 ago.2013).

O trabalho deste projeto [JEESP] já revelou inúmeros atletas e cedeu vários deles para as seleções brasileiras de todas as categorias. Prova disso foi a participação paulista no Campeonato Pan Americano Juvenil e Júnior de 2009, onde dos 32 atletas brasileiros que conquistaram medalhas 19 eram de São Paulo – expressões do esporte brasileiro – são alguns dos frutos semeados nos Jogos Escolares (FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ, 2013).¹¹

A realização do megaevento teria agido como ponto catalisador dessa aproximação, pois o momento de fomento do esporte passa também pelo acirramento da promoção do talento esportivo (BRACHT; ALMEIDA, 2013). Tal colocação pode ser observada pelos recortes de textos dos planos de trabalho das portarias de celebração de convênio entre as entidades e a SELJ, como o da Federação Paulista de Atletismo (FPA) e também pela fala do Gestor 3:

O presente projeto poderá proporcionar ainda mais qualidade no atendimento da clientela esportiva justamente na idade adequada para fomentar a democratização e o acesso à prática dessas modalidades olímpicas que tanto trazem expectativas na representatividade dos atletas paulistas nos grandes eventos olímpicos, em especial da Olimpíada Rio-2016 (FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO, 2013).¹²

Dentre outras coisas eu acho que nós temos que pensar e enaltecer a Olimpíada 2016 como reestruturação do desporto paulista e a reorganização das federações que é fundamental pra que o esporte se fortaleça e que a criança se veja no espelho em cima de um atleta de uma modalidade federada pra começar a praticar lá na base, que é na escola (G3).

Define-se aqui que os Jogos Olímpicos de 2016 são um marco de expectativa para a celebração do projeto que tem em vista a maximização da qualidade dos serviços na descoberta dos talentos esportivos. Também o megaevento fomenta um almejado desenvolvimento esportivo pelo fortalecimento das federações. O progresso esportivo se constituiria na medida em que as federações fortalecidas incentivassem também o acréscimo do esporte educacional, que por sua vez angariariam futuros atletas para alimentação da pirâmide, numa espécie de ciclo.

Em decorrência dos Jogos Olímpicos, outros fatores interferiram na realização do JEESP, entre eles a redefinição de novas modalidades, resultado da ampliação do número de modalidades também nos JEJ-Etapa Nacional. Neste sentido, destaca-se a fala do Gestor 1:

De dois anos pra cá a gente vem fazendo algumas alterações e o motivo dessas alterações é pra seguir um padrão de etapa nacional, para que a gente possa levar do estado também a melhor equipe. Não é o objetivo principal do JEESP. Não é, porém a gente também não pode deixar isso de lado, porque você só consegue apoio para poder melhorar se você mostrar resultado (G1).

Se na realidade paulista a ampliação do número de modalidade disputadas no JEESP é fruto de um *withinput*¹³ (RUA, 1998) provocado pelo aumento de modalidades nos JEJ-Etapa Nacional, a razão de ampliação de modalidades deste não é tão explícita. O alargamento de modalidades intenciona aumentar o número de alunos que seriam detectados para treinamento

11 FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ. Plano de Trabalho: Jogos Escolares do Estado de São Paulo- 2013- Modalidade Judô, [2013]. Documento disponível na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo.

12 FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO. Plano de Trabalho: Jogos Escolares do Estado de São Paulo- 2013- Modalidade Atletismo, [2013]. Documento disponível na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo.

13 *withinputs* referem-se a demandas originárias do interior do próprio sistema político.

específico e para representação nacional em eventos esportivos, entre eles os Jogos Olímpicos. Com referência a esse ponto, no caso da representação paulista no campeonato nacional, é ressaltada a expectativa de participação de alunos-atletas representantes do estado no JEJ-Etapa Nacional, na edição de 2016 dos Jogos Olímpicos: “Alguns atletas evoluíram e a expectativa é que sigam treinando para sonhar com os índices exigidos pelo COB e disputar a Olimpíada de 2016, no Rio de Janeiro” (SILVEIRA, 2013).¹⁴

Esta questão consubstanciaria a intenção de utilizar o esporte educacional como fonte de seleção de talentos a serem captados para representação estadual e nacional nos Jogos Olímpicos de 2016. Também merece realce a questão do resultado como fonte de apoio para desenvolvimento de ações políticas. Este ponto é um exemplo de como, em alguns casos, a política pública é tomada e apoiada por critérios de rentabilidade (FAGNANI, 1998), ou seja, a promulgação ou o prolongamento das ações são definidos pelo resultado em números dos impactos estipulados.

Neste sentido, os dados apresentados nesta seção apontam a definição de um novo discurso que tende a reafirmar o caráter do desenvolvimento esportivo pautado no modelo piramidal, estabelecendo a importância da base, o esporte educacional, somente como alimentador do processo.

4 INCREMENTO E IMEDIATISMO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE EDUCACIONAL: “O EFEITO *TSUNAMI*”

O título desta categoria faz alusão a duas menções. A primeira refere-se à fala de um professor entrevistado a respeito de um possível legado dos Jogos Olímpicos para a Educação Física Escolar, em que ele diz: “A molecada vai começar a assistir; porém, a hora que acabar o evento, vai ser como se fosse um *tsunami*, uma nuvem, e depois a gente volta ao normal. Pela escassez do projeto” (PAES; SOUZA JÚNIOR, 2014, p.449). O outro contexto refere-se à análise de Mascarenhas (2012), que enfatiza que o delineamento do *tsunami* proporcionado pelos megaeventos e citado pelo presidente do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) está envolto em um ideal de pseudovalorização da Educação Física e dos profissionais da área.

Segundo Roche (2000), megaeventos, incluindo aqui os Jogos Olímpicos, são dotados de apelo popular massivo, em larga escala cultural e de grande significância internacional. Bourdieu (1997) considera o espetáculo olímpico potencializado ao longo dos anos pela exposição televisiva, como fomentador de políticas esportivas dos Estados, orientadas pelo sucesso internacional e a exploração simbólica e econômica das vitórias. Na história recente dos megaeventos, as elites e a grande mídia são responsáveis por ressaltar as razões e justificar um gasto significativo na consolidação destes eventos, baseando-se principalmente no apelo simbólico e exaltando os aspectos intangíveis (MARCHI JÚNIOR *et al.*, 2014). É o que reflete a seguinte fala:

Talvez a gente no dia a dia não perceba como a coisa aumentou. Como a gente é um pouquinho maduro viu algumas coisas atrás. Eu estou vendo hoje um horizonte imenso, talvez diferente do que a gente até gostaria. A gente queria uma coisa maior, mais ampliada, mais organizada. Mas aí também depende uma série de outros fatores, até da capacidade dos gestores, da sensibilidade dos gestores (G4).

14 Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001_11_2.aspx>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Em São Paulo, uma das iniciativas desencadeadas pela realização dos Jogos Olímpicos no Brasil foi a criação do Comitê São Paulo Rumo a 2016. Além do decreto, outras portarias internas formalizaram a ação do Comitê, que têm por objetivos:

I- debater, formular e auxiliar na implementação de políticas públicas para o esporte e o paradesporto no Estado de São Paulo, visando a participação paulista nos respectivos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos; II- Implementar, avançar e consolidar políticas públicas para o desporto e paradesporto paulista; III- Ser o maior canal de diálogo entre o Estado e a sociedade nos assuntos referentes à Olimpíada e Paraolimpíada 2016; IV- Promover amplo e atual diagnóstico do desporto e paradesporto paulista; V-Articular, incentivar e apoiar ações nas diversas modalidades olímpicas e paraolímpicas (SÃO PAULO, 2013b).¹⁵

Entre os membros do Comitê estão representantes de federações de esporte educacional. Esta representação se dá pela participação do presidente da Associação Brasileira de Educação Física e Esporte (ABRADEBR) e pelo presidente da Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo (FEDEESP), duas das federações responsáveis por grande parte da realização do JEESP. Também para efetivar um diálogo com o esporte educacional foi designada a participação de um representante da Secretaria de Educação (SE), porém como vemos na fala,

[...] [no Comitê] são segmentos muito diferentes [...] Aí cada um tem uma forma de pensar, inclusive sobre o [esporte] educacional. Até agora as reuniões foram muito superficiais. Não houve assim um aprofundamento da questão educacional. (G4).

Mesmo consolidando um canal de discussão política entre atores do setor esportivo proporcionado principalmente pela efetivação dos Jogos Olímpicos, o esporte educacional ainda não se mostrou como pauta importante neste diálogo. Desde o início da intervenção estatal no esporte, a manifestação do alto rendimento tem maior valorização e predominância das iniciativas (OLIVEIRA, 2012). E quando há abertura para o atendimento de outras vertentes esportivas, isso acontece pela subordinação tanto do esporte educacional, quanto do esporte participação à instância do rendimento.

No ano de 2009, quando o Brasil foi escolhido para sediar o evento olímpico, foi organizado e realizado por iniciativa do então deputado Roberto Felício o Seminário do Plano Estadual de Esporte Educacional, em que se previa a elaboração de um plano estadual para o segmento (PODIESE, 2009). Durante o evento, que durou três dias, representantes de instituições públicas e privadas que desenvolvem experiências no setor, além de representantes da área acadêmica, foram convidados a dissertar sobre o tema. Entre as notícias que relataram a realização do evento, uma passagem merece destaque:

O Brasil deverá sediar, na próxima década, os dois maiores eventos esportivos da humanidade: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e isso requer grande preparação. O País captou de forma planetária esse sentimento positivo que levou à escolha do Rio de Janeiro. [...] Já visando 2016, está em andamento o Clube Escola Olímpico, que descentralizará o Centro Olímpico do Ibirapuera com a criação de mais quatro centros. É uma maneira de “caçar talentos” que tenham potencial para os esportes de alto rendimento (TOSSIANI, 2009).¹⁶

¹⁵ Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001_11_2.aspx> Acesso em: 30 out. 2015.

¹⁶ Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2009/legislativo/outubro/28/pag_0011_3CVDIQTJL550eCS9L6G4S4301E.pdf&pagina=11&data=28/10/2009&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100011>. Acesso em: 4 set. 2016.

A iniciativa ali relatada diz respeito a uma política pública específica do município de São Paulo. Entretanto, o trecho destaca o efeito dos megaeventos em proporcionar o fomento de ações públicas para o esporte educacional e incitar a realização deste Seminário e de um Plano Estadual de Esporte Educacional. Tal perspectiva estaria associada ao momento político da “euforia” da escolha do País como sede (OURIQUES, 2009). Embora o evento tenha evocado a realização do Plano Estadual de Esporte Educacional, tal intenção não chegou a se efetivar nos anos seguintes.

A efervescência provocada pelos Jogos Olímpicos também implica alterações no Programa Esporte Social.

Não só as Olimpíadas de 2016, como a Copa do Mundo, obrigaram os governos a terem uma política esportiva de governo. E como você tem um projeto que faz uma inclusão social por meio da modalidade esportiva, e você tem dois grandes eventos no nosso horizonte próximo, você faz com que os governos se acordem. Tanto isso aconteceu que o governador Geraldo Alckmin resolveu transformar o esporte social num programa de governo [...] O governador elegeu uma série de programas que ele acha que são essenciais pra formação de cidadão, para formação de atleta, para formação de ser humano. Então ele escolheu alguns programas e definiu que esses programas serão programas de governo. [...] Era o empurrão que a gente precisava pra tornar o Esporte Social mais conhecido (G2).

Segundo o trecho, a legitimação política do programa foi motivada principalmente pela realização dos megaeventos esportivos. A perspectiva de incentivo à realização da prática esportiva pela população local é proposta como compromissos firmados entre o COI e os Comitês locais responsáveis pelo evento em suas plataformas de candidatura (CEREZUELA, 2011). Mas, como vemos ao longo desta seção, tal promessa de legado tem se mostrado imperceptível na realidade, restringe-se somente ao campo do discurso. Inicialmente usam-se números e metas grandiosos e que, aos poucos, sofisticamente são abandonados (MILTON; BAUMAN, 2015).

Ainda que o Esporte Social tenha se estabelecido e se legitimado como um programa do atual governo, aludido pelas edições dos megaeventos no Brasil, os recursos destinados pelas leis orçamentárias anuais mostram uma redução do financiamento, como mostra a tabela a seguir que descreve a respectiva correção pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Tabela 1 - Receitas anuais destinadas ao Programa Esporte Social em reais (2009 a 2014)

Ano	Despesa prevista em reais	Correção dos valores com base no IGP-M 2009
2009	5.166.280	---
2010	5.133.024	4.691.299,09
2011	2.343.230	2.037.706,05
2012	2.138.450	1.724.880,51
2013	3.432.275	2.623.669,08
2014	3.600.000	2.654.181,08

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de: SÃO PAULO, 2008, p. 476; SÃO PAULO, 2009, p. 88; SÃO PAULO, 2010, p. 90; SÃO PAULO, 2011b, p. 85; SÃO PAULO, 2012, p. 86; SÃO PAULO, 2013b, p. 515.

Isso quer dizer que, embora ainda permaneça no planejamento esportivo do Estado, mesmo com a mudança de governo, o Programa Esporte Social não tem o mesmo

dispêndio financeiro da gestão anterior. A suposta valorização causada pela realização dos megaeventos estaria localizada somente no campo do discurso, não acompanhado da efetivação orçamentária.

O ponto crucial para entender as problemáticas desta seção se encontra no debate a respeito do processo de pseudovalorização (ALMEIDA; BRACHT, 2003; MASCARENHAS, 2012) a que projetos esportivos estão sujeitos com a proximidade de megaeventos. A pseudovalorização está associada ao caráter imediato movido por interesses provisórios, que visa ao discurso da massificação esportiva, e não qualitativa, do esporte educacional. De maneira semelhante tem-se destacado as mudanças políticas de esporte educacional. O caráter imediatista é percebido na medida em que se apela para o potencial simbólico do megaevento como mobilizador da prática esportiva da população em idade escolar, porém, sem desenvolver um processo longitudinal e qualitativo que dê subsídio para esta iniciativa.

Também cabe destacar que, dentre as políticas de esporte educacional da SELJ, por meio dos dados apresentados, é notória a valorização dos JEESP em detrimento das ações do Esporte Social. Essa distinção representa primeiramente a forma como a SELJ conduziu suas ações durante o período estudado, maximizando esforços em campeonatos e eventos vultosos, e de forma diminuta realizando ações de cunho mais democrático que poderiam promover o aumento do acesso à prática esportiva. Tal tendência corresponde justamente aos caminhos tomados pela política nacional e refletem o caráter imediato e superficial das ações esportivas já desenvolvidas ao longo da história política do setor, mas que emblematicamente se potencializam com a realização de um megaevento esportivo.

Segundo Matos (1999, p. 2) no âmbito sociopolítico “o que é lento e complexo deve ser esvaziado e simplificado em função do espetáculo, da novidade, do imediatismo, do tempo tecnológico e das mídias”. É neste sentido que o caráter de um *tsunami* é evocado com o momento político esportivo no estado de São Paulo, em que se constituem uma série de discursos em prol do desenvolvimento do esporte educacional.

5 CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar as análises dos dados contidos nas falas dos gestores da SELJ, bem como o material provindo de diário de campo e documentos oficiais, baseados principalmente nos programas JEESP e Esporte Social, é possível chegar a algumas considerações e implicações que o contexto dos Jogos Olímpicos de 2016 trouxe para o cenário das políticas públicas de esporte educacional.

O discurso de legitimação da pirâmide esportiva aparece nesta conjuntura ao aclamar a definição de ações do esporte educacional como base para o desenvolvimento esportivo cuja efetividade advém do fortalecimento e dos bons resultados logrados pelo alto rendimento, principalmente em megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos. Ao elencar as proezas paulistas e a representação dos atletas do estado nas conquistas de medalhas para o País, reforça-se o ideário de que o desenvolvimento esportivo se dá por esta notoriedade, e isso é transposto para ações do esporte educacional.

O modelo piramidal é parte enfática nos discursos referentes ao desenvolvimento dos programas de esporte educacional. É declarado em vários momentos que o aluno-atleta

potencial é identificado pelo JEESP (mais explícito neste caso) ou Esporte Social e passa a compor o quadro de beneficiários de políticas de alto rendimento da Secretaria. Tal perspectiva aparece também quando se constata a proximidade das federações ao esporte educacional, na celebração de convênios para a realização do JEESP. Os discursos e os dados destacados apontam que a realização do megaevento teria agido como ponto catalisador dessa aproximação, pois o momento de fomento do esporte é definido também pelo acirramento da promoção do talento esportivo, e a execução desses projetos proporcionaria a maximização da qualidade dos serviços na descoberta destes.

O esporte de rendimento também influirá na problematização da segunda questão de impacto, determinado pelo incremento e imediatismo das atividades políticas para o esporte educacional em São Paulo. O esporte de alto rendimento como esfera do espetáculo foi um dos responsáveis por favorecer o crescimento exponencial da magnitude dos Jogos Olímpicos. A realização do evento causa comoção das distintas gestões no país-sede, baseadas no entusiasmo proporcionado por aspectos simbólicos da Olimpíada. Esse efeito promove o incremento de ações e discursos voltados para o desenvolvimento esportivo e, como mostram os dados, é calcado pelo imediatismo político. Isso é verificado pela composição do Comitê São Paulo Rumo a 2016 de agentes atuantes na gestão e no diálogo com o esporte educacional, porém sem aprofundar as questões referentes ao segmento. Também é possível notar os incrementos no discurso político dos atores, ao elencar o megaevento como fonte de fortalecimento do Esporte Social, por exemplo, sem o devido acompanhamento financeiro. Tais características são prevalência da exposição e apreciação do megaevento a partir de um discurso de pseudovalorização do esporte que, como o próprio termo revela, constitui-se de um fenômeno que falsamente valoriza a área e a consecução de políticas públicas para o esporte educacional, ao representar o reflexo de interesses provisórios.

Enquanto o nosso modelo de gestão estatal estiver baseado no desenvolvimento esportivo como representação de vitórias e não na democratização do esporte, o avanço das políticas esportivas será limitado e sempre estará atrelado ao modelo piramidal que tende a fortalecer o alto rendimento e subsumir as outras manifestações a esta.

A realização dos Jogos Olímpicos representa um cenário de mobilidade que poderia tanto ascender práticas e o fortalecimento de novos rumos, como acirrar a sobrevalorização do alto rendimento. Neste sentido, é de fundamental importância que a área se mobilize na identificação de problemáticas referentes à realização dos megaeventos no país, como forma de lançar e fortalecer canais de diálogo com a esfera pública, para dirimir equívocos e buscar saídas para a verdadeira democratização esportiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintão; BRACHT, Valter. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v.24, n.3, p 87-101, 2003.

ALMOND, Gabriel Abraham; POWELL, Bingham. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BASSANI, Jaison José; TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades. **Movimento**, v.9, n.2, p. 89-112, 2003.

BETTI, Mauro. Copa do Mundo e jogos olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na educação física escolar. **Motrivivência**, v.21, n.32/33, p. 16-27, jun. /dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. Os Jogos Olímpicos. In: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p.123-128.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí : Unijuí, 2005.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Quintão. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a educação física escolar. **Em Aberto**, v. 26, n.89, p. 131-143, 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº-9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm> Acesso: 9 mar. 2017.

CEREZUELA, Berta. Educational dimension of the olympic games. In: PEÑA, Emilio Fernández *et al.* (Orgs.). **An olympics mosaic: multidisciplinary research and dissemination of olympics studies**. Barcelona: CEO-UAB, 2011. p.189-197.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação sob a ótica do gasto e financiamento das políticas sociais. In: RICO, Elizabeth Melo (Org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão de debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 119-130.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In: FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernest von; STEINKE, Ines (Eds.). **Companion to Qualitative Research**. London: Sage, 2004. p. 178-183.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. **Movimento**, v.18, n.1, p. 39-67, 2012.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley; BOLSMANN, Chris; ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; SOUZA, Juliano de. A Copa do Mundo Fifa na África do Sul/2010- como foi a experiência e o que podemos aprender com ela? **Movimento**, v.20, n. 2, p. 711-733, 2014.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/portalarp/wp-content/uploads/9-COMUNICA%C3%87%C3%83O-P%C3%A9BLICA-DEMOCRACIA-E-CIDADANIA-O-CASO-DO-LEGISTATIVO.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MELO, Victor Andrade de. Por uma história do conceito esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.32, n.1, p.41-57, 2010.

MILTON, Karen; BAUMAN, Adrian. A critical analysis of the cycles of physical activity policy in England. **International journal of behavioral nutrition and physical activity**, v. 12, n. 1, p. 8, 2015.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, v.18, n.4, p. 155-174, 2012.

OURIQUES, Nilso. Olimpíadas de 2016 o desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Motrivivência**, v.32/33, n.1, p. 126-155, 2009.

PAES, Viviane Ribeiro; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. Relações pedagógicas entre educação física escolar e Jogos Olímpicos. **Pensar a Prática**, v. 17, n.2, p.443-455, 2014.

PODIESE, Luciana. Assembleia debate esporte educacional. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2009. Disponível em: < http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2009/legislativo/outubro/29/pag_0012_DI7NTMRU0V8LHeAKRQRFRENFAIU.pdf&pagina=12&data=29/10/2009&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100012>. Acesso em: 18 de out. 2016.

ROCHE, Maurice. **Mega-events and modernity**: Olympics and expos in the growth of global culture. New Yourk: Routege,2000.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In*: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel V. (Org.). **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 232- 260.

RYAN, Gery; BERNARD, Russell. Data management and analysis methods. *In*: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Eds). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. London: Sage, 2000. p. 769-802.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 13289 de 22 de dezembro 2008**: Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2009. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 13289 de 22 de dezembro 2009**: Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2010. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 14309 de 27 de dezembro de 2010**: orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2011. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SÃO PAULO. Lei n.14.676, de 28 de dezembro de 2011. Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, Anexo, v.1. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=14>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 14675 de 22 de dezembro de 2011**: orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2012. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 14925 28 de dezembro de 2012**: orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2013. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SÃO PAULO. Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Resolução SELJ nº 11, de 2 de outubro de 2013. Dispõe sobre os objetivos, designa os integrantes do Comitê São Paulo Rumo 2016 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 out. 2013. Disponível em: < https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001_11_2.aspx>. Acesso em: 30 out. 2015.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 686 de 30 de setembro de 2013**: orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2014. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SILVA, Emília Amélia Pinto Costa da *et al*. O jogo das cidades em tempos de megaeventos esportivos: algumas reflexões. **Movimento**, v.21, n.1, p. 249-260, 2015.

SILVEIRA, Rogério Máscia. São Paulo faz coleção de medalhas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 nov. 2013. Disponível em: < https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001_11_2.aspx>. Acesso em: 30 nov. 2016.

TOSSIANI, Oriana. Comissão colhe subsídios para implantar plano de esporte educacional no Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2009. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2009/legislativo/outubro/28/pag_0011_3CVDIQNTJL550eCS9L6G4S4301E.pdf&pagina=11&data=28/10/2009&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100011>. Acesso em: 4 set. 2016.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.